
PROPOSTA DO FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA
COMUNICAÇÃO PARA A CRISE DA MANCHETE *

Uma solução para dar novo rumo à televisão no Brasil

Necessitamos de uma "alternativa democrática" capaz de abrir caminho para a criação de uma instituição representativa da sociedade que atue como um verdadeiro *ombudsman* da televisão brasileira e proporcione um vigoroso diferencial de *marketing* para a Manchete.

A crise da Rede Manchete exige dos profissionais das diversas categorias da área da comunicação respostas em dois planos: uma, traduzindo a **visão de parte** (dos profissionais) no problema e, outra, refletindo uma perspectiva compatível com o **interesse público**, no contexto da luta pela democratização da comunicação.

VISÃO DE PARTE

Em primeiro lugar, no plano da nossa **visão de parte**, devemos continuar buscando tenazmente, como já estamos fazendo, as soluções que assegurem o respeito aos direitos de milhares de profissionais que foram sacrificados por práticas de gestão temerária e atitudes empresariais irresponsáveis, que traduzem a *lógica cartorial* e imediatista do empresariado de comunicação. É bom lembrar que, além de usufruir de concessões governamentais, grande parte deste

empresariado têm uma expressiva parcela do seu faturamento assegurado por verbas públicas, municipais, estaduais ou federais.

Os integrantes das diversas categorias profissionais que atuam na Manchete, por isso tudo, não podem, nem indiretamente, ser penalizados pelos problemas causados pela direção da Manchete, integrada pela família Bloch e, depois, pelo grupo IBF. E além de reparar os direitos violados, a sucessão na Manchete deve ser uma oportunidade para fazer avançar as atrasadas relações de trabalho na área da comunicação. Devemos lutar pela adoção de métodos de gestão participativa e mesmo de participação nos lucros que têm sido amplamente bem sucedidos em outros ramos da economia, através de inúmeras experiências patrocinadas pelos próprios empresários e que, de modo algum, ferem a autonomia do investidor.

Ainda no plano da nossa **visão de parte**, também cabe a busca de soluções para a natureza da sucessão da Manchete. Definitivamente não interessa, nem para os funcionários da Manchete, nem para a sociedade, resolver o problema através de "qualquer empresário", isto é, através de uma solução meramente "privada comercial". A manifesta disposição do governo Itamar de patrocinar uma "solução democrática", por isso, tem de ser aproveitada até às últimas conseqüências. Desse modo, também devemos prosseguir buscando a articulação de setores da sociedade, comprometidos com perspectivas democráticas e pluralistas, para bancar o empreendimento.

Fixamos, desde já, nosso entendimento de que necessitamos uma Rede Manchete que seja competitiva e, sobretudo, que surja como um empreendimento capaz de enfrentar essa competição em novas bases.

A preocupação com a viabilização econômica e comercial do empreendimento requer a criação de condições favoráveis à subsistência da rede. Por exemplo, a conversão de parte do passivo que cabe ao Governo Federal em ações que poderiam ser compulsoriamente comercializadas na Bolsa de Valores, depois de um certo prazo. Outro exemplo é a fixação de condições favoráveis no reescalonamento da dívida com o Governo. São duas medidas que podem surgir como decisivas, não apenas para atrair investidores, mas para possibilitar a própria sobrevivência da empresa. Obviamente, nem a família Bloch e nem o grupo IBF podem sair impunes desse episódio e têm que comparecer com seu patrimônio para honrar suas responsabilidades. As iniciativas governamentais para viabilizar uma transição, seja qual for a fórmula jurídica adotada, entretanto, segundo entendemos, só adquirirá legitimidade no contexto de uma solução que transcenda qualquer "projeto de parte" e, efetivamente, atenda ao interesse público. Simplesmente viabilizar um novo "empreendimento privado-comercial" é, evidentemente, insuficiente. Do mesmo modo, entendemos não haver justificativa para uma mera "estatização". Com a proposta aqui apresentada, como veremos mais adiante, queremos que o governo participe da solução, inclusive para iniciar uma reparação da suas históricas reponsabilidades com irregularidades e abusos perpetrados na televisão brasileira. Na verdade, a situação da Manchete só chegou a esse ponto em virtude da conivência do Governo Federal que se omitiu na cobrança do FGTS, entre outras irregularidades. Entendemos, por isso, que a dignificação e a legitimidade da participação do Governo só será assegurada com justificativas que forem além das "soluções tradicionais".

A sistemática violação de direitos trabalhistas e a defesa dos interesses dos funcionários da Manchete, que são integrantes das nossas categorias profissionais, por outro lado, não pode ser impedimento para que pensemos grande e alto, indo além da imediatividade da crise.

Necessitamos, agora, pensar sobretudo no "dia seguinte", projetar perspectivas para o futuro da televisão brasileira e superar os problemas estruturais da televisão brasileira que estão visíveis na crise da Manchete: incapacidade empresarial, manipulação de mercado, concorrência predatória, conivência do Estado com irregularidades e práticas contrárias ao interesse público e, em particular, dos trabalhadores, etc. Junto com uma defesa firme e decidida de direitos dos trabalhadores, entretanto, na abordagem fundada pelo **Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação** temos que pensar no "dia seguinte" da crise e ir muito além das "soluções tradicionais".

VISÃO DO PÚBLICO

A segunda dimensão da nossa abordagem é conseqüência da universalidade que atribuímos à problemática da comunicação e do pluralismo que pretendemos inserir na esfera pública.

Como integrantes do **Fórum**, não aceitamos nenhuma solução, automaticamente, como **sinônimo** de democratização. Seja qual for o sucessor, para a articulação da sociedade representada pelo **Fórum** o que interessa, essencialmente, na crise da Manchete, é a possibilidade de estabelecer o balisamento de uma nova relação da sociedade com o sucessor. E, seja ele quem for, gerar, pela força do exemplo, um **laboratório** de novas relações. Porque o **Fórum** não se contenta com **uma** rede. Quer, isto sim, incidir sobre as relações no conjunto das redes de televisão no Brasil.

Vamos listar, então, uma série de exigências a serem apresentadas aos sucessores da Manchete, sejam quais forem. Estes requisitos pretendem estabelecer uma nova relação da sociedade com os operadores das redes de televisão. Podem ser itens inseridos no Edital de licitação ou apenas postulados política e publicamente, de modo a constituírem o elemento diferencial que resultará na vitória no processo de licitação. Esses "arranjos", definitivamente, são secundários. Nosso problema é fundamentalmente político: se a sociedade estiver disposta a bancar uma solução e se o governo estiver disposto a garantir um novo enfoque sobre o

assunto, a "fórmula jurídica" é aspecto secundário.

Obviamente, nessa primeira aproximação a uma formulação, não estamos preocupados com a precisão jurídica da solução. Onde referimos "Rede", poderíamos referir "Emissoras sob controle acionário da Rede", ou mesmo, o "Conjunto das Afiliadas da Rede". Tampouco especificamos, aqui, se as referidas exigências a serem apresentadas aos "sucessores" da Manchete serão objeto de cláusulas de Edital ou se será uma "postulação política" destinada a "induzir" a resposta ao Edital. O queremos fixar, aqui, é a essência de um projeto, com os seguintes requisitos, a serem traduzidos em compromisso firmado entre o "sucessor", o Governo e os setores organizados da sociedade interessados no assunto:

I. A Rede Manchete se dispõe a estabelecer relação privilegiada com uma representação da sociedade civil, nas bases em que se seguem:

a) compromisso de doação de um percentual do seu faturamento bruto ou do seu lucro líquido para uma **instituição** amplamente representativa da sociedade civil, especialmente constituída para atuar como um *ombudsman* da televisão brasileira, realizando estudos especializados, recolhendo documentação e material veiculado diariamente pelas redes, analisando e opinando sobre a programação de todas as redes nacionais de televisão; essa **instituição** poderia ser, por exemplo, uma Fundação sem fins lucrativos, mas a sua natureza ainda merece debates;

b) cessão, em horário nobre, de tempo não inferior a uma hora, para a realização de um programa semanal, produzido pela **instituição** acima citada, no qual será feita a análise e a crítica - política e estética - da programação de TV de todas as Redes, inclusive da própria Manchete; apenas a título de exemplo - e para construir uma "imagem" da idéia que estamos apresentando, sem a pretensão fechar um "detalhamento" do projeto, ressaltamos que esse programa deverá, ele próprio, ser extremamente zeloso de sua qualidade; deverá ser estruturado para disputar audiência, incluindo desde segmentos lúdicos, como a apresentação de "gafes" e erros da semana, cometidos pelas emissoras, até críticas à programação que apela gratuitamente para a pornografia, violência e cenas mórbidas e mesmo para o crescente recuo cultural representado pelos "dramalhões mexicanos"; fará, também, denúncia de concorrência desleal e predatória

entre as emissoras e de práticas de manipulação que forem identificadas; finalmente, destaca-se a função de fazer a crítica estética, esmiuçando para o público a linguagem da televisão, seus recursos, artifícios e suposta "naturalidade", procurando estabelecer parâmetros para avaliação da qualidade da programação, buscando dotar o público de senso crítico, os profissionais e produtores de referenciais, e imbuir a sociedade de compromisso com a cultura que é produzida no seu próprio seio;

c) em contrapartida à doação efetuada e a cessão de tempo, a **instituição** referida proporcionará à Rede Manchete detalhadas sugestões e opiniões sobre a sua própria programação, em caráter reservado, que poderão ou não ser aproveitadas pela Rede; ressalta-se que isso ocorrerá independente das opiniões e críticas publicadas pela **instituição** nas suas formas de divulgação; nesse sentido, a **instituição** também emitirá "pareceres" e "recomendações" a determinados programas - exercendo, com independência, os seus critérios, estando a Rede liberada para divulgá-los nas suas ações publicitárias e de *marketing*;

d) ressalta-se, também, que a relação desta **instituição** não será exclusiva com a Manchete, estando também aberta a outras Redes, desde que sejam observadas idênticas condições estipuladas para a Manchete, ou seja, doação de um percentual do faturamento bruto ou do lucro líquido e cessão de espaço para a veiculação do programa realizado pela **instituição**.

II. A Rede Manchete se dispõe a dialogar com o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, no que se refere às condições de operação da televisão no Brasil, bem como a divulgar sistemática e periodicamente informações sobre os debates que neste estiverem em curso.

III. A Rede estabelecerá compromisso de observância, independente de exigências legais, dos seguintes procedimentos:

a) **pluralidade de versões em matéria controversa** - a Rede se dispõe a acolher a solicitação, desde que fundamentada, do registro da posição de uma parte que tiver relevante envolvimento em fatos noticiados e se sentir prejudicada com a omissão de sua posição;

b) **aceitação de pena moral** - a Rede se compromete a divulgar, no último bloco do programa noticioso de

maior audiência, um relato preciso das condenações que sofreram na Justiça, em prazo não superior a quarenta e oito horas, a contar do respectivo fato;

c) **adoção de práticas de transparência** - a Rede se compromete a publicar, anualmente, o balanço contábil de receitas e despesas; a anunciar publicamente qualquer negócio efetuado com as ações ou cotas integrantes do seu capital social; a indicação dos seus três principais acionistas na abertura e no encerramento da sua programação, bem como no encerramento de seu principal programa informativo;

d) **serviço de atendimento ao público** - a Rede constituirá um serviço de atendimento ao público, destinado a receber sugestões, reclamações, pedidos de explicação e solicitações de resposta; este serviço será encarregado de dar pareceres, à direção da empresa, sobre as demandas do público;

e) **cláusula de consciência** - a Rede admite que seus profissionais recusem a produção ou veiculação de matéria contrária ao interesse público ou às prescrições do Código de Ética vigente para sua profissão, o que deverá ser comprovado;

f) **identificação de matéria paga** - a Rede aceita que toda veiculação de matéria paga ou publicidade deverá ser evidenciada como tal;

g) **não recusa de publicidade** - a Rede se compromete a não recusar publicidade, independente da sua natureza, salvo aquilo que for notoriamente contrário ao interesse público ou que atentar contra as prescrições do Código de Ética vigente para o veículo, o que deverá ser comprovado;

h) **Conselho Editorial** - a Rede se compromete a instituir um Conselho Editorial, com funções consultivas, integrado por um membro eleito entre seis profissionais e uma entidade da sociedade civil por estes indicada, assim como um membro indicado pela direção e uma entidade da sociedade civil indicada pela direção.

A IMPORTÂNCIA DA INSTITUIÇÃO AQUI PROPOSTA

Como se pode observar, a **instituição** é o elemento chave de toda esta proposta. É esta iniciativa que supera as "soluções tradicionais" e funda as bases de

uma relação verdadeiramente inovadora entre os operadores de televisão e a sociedade no país. Esta **instituição** será uma espécie, evidentemente com muito maior alcance, de **IVC da qualidade** da produção de televisão das redes. O IVC (Instituto Verificador da Circulação) é um instituto independente que presta serviço aos principais jornais e revistas do país, auditando e avaliando os dados do número de exemplares em circulação desses veículos. Nossa **instituição** seria uma espécie de **avalista** da qualidade, fiada pelos setores organizados da sociedade. Como não teria um papel impositivo, seria um instrumento de **regulação política**, cumprindo as funções de **controle público** defendidas pelo Fórum.

NOVAS RELAÇÕES

Todas as exigências estabelecidas para a nova Rede Manchete, em nossa avaliação, longe de ser uma "punição" ou um fardo nas mãos do novo proprietário, constitui a possibilidade de estabelecer um extraordinário diferencial de *marketing*. Obviamente, não são medidas voltadas para inviabilizar a operação privada-comercial. Ao contrário, queremos estabelecer novas e reais bases de legitimidade para a atuação privada-comercial. Queremos, com o exemplo da Rede Manchete, estabelecer um divisor de águas na história da televisão brasileira, distinguindo as emissoras que se dispõem a dialogar com a cidadania. Acreditamos que, pelo ineditismo dessas novas relações podemos sacudir a televisão brasileira. A pretensão dessa experiência com a Manchete é que todas as demais Redes venham a aderir a esse tipo e diálogo com a sociedade civil.

Num contexto em que predominam perspectivas estreitas, relações autoritárias e as redes de televisão são dirigidas como se fossem "fazendas" dirigidas por famílias e mediadas por "cupatazes", sem ter que prestar contas a ninguém, não podemos subestimar o impacto de iniciativas dessa natureza.

Acreditamos que a fixação de bases de compromisso público seria, por isso tudo, um extraordinário diferencial de mercado. Muito mais do que facilidades econômicas que podem ser proporcionadas pelo Governo para o sucessor da Manchete, é este diferencial que pode dar condição de competição num mercado monopolizado e inibido de uma "lógica perversa". Uma televisão que se disponha a romper

com essa "lógica" e se comporte como uma "televisão da cidadania" certamente sacudirá o mercado pois inevitavelmente levará a que os setores organizados da sociedade atuem a seu favor. Essa atuação se daria não apenas no "respaldo" político, mas numa disputa, no interior da própria sociedade, sobre o papel da televisão na construção da cultura nacional. Isto é, enfrentaria o problema da demanda - que, de fato, **existe** na sociedade - por pornografia, violência e cenas morbidas. E faria isso não com censura, nem com meios coercitivos, mas pelo debate público, através da própria televisão.

Haverá quem diga que esta é uma proposta ousada demais. De fato, é ousada, como grande parte das coisas que o **Fórum** está se dispondo a fazer. Mas, sem ousadia, sem o gesto político que funda novas realidades e estabelece novas relações, ficaremos reduzidos à mera reiteração do *status quo*. No caso da televisão, a espiral da concorrência parece apontar, nitidamente, para o buraco sem fim da degradação. As aberrações sem limites de programas como o *Aqui e Agora*, assim como o recurso gratuito e banal a cenas de violência e pornografia atendem **demandas reais** da sociedade que só podem ser revertidas com um debate que impulse um amadurecimento da percepção do público. A Rede Globo, nesse sentido, sem interesse em fazer essa **reversão política** das exigências dos telespectadores está, rápida e assustadoramente, capitulando para o SBT. A Globo que - a despeito de ser a única rede que atua, verdadeiramente, como **partido político** e que, com isso, tanto mal já causou ao país - notabilizou-se por constituir, com sua "qualidade técnica", uma referência mundial e um notável "patrimônio nacional". Esta rede agora se sujeita a uma concorrência degenerativa. O resultado dessa degradação é estrutural: a Globo inclusive, no momento, está preparando uma versão "global" da *Telesena* do SBT.

Na crise da Manchete, temos uma oportunidade ímpar para tentar instaurar novas relações em torno da televisão brasileira. Obviamente, só um empresário com uma visão de projeto nacional, poderia se dispor a bancar um projeto dessa natureza. Articular essa percepção dos setores organizados da sociedade, inclusive do empresariado, é o nosso grande desafio. Mas, para isso, teremos que agir estrategicamente, sabendo identificar o que é essencial do que é secundário. Nesse contexto, não podemos nos deixar seduzir pela armadilha de soluções "aparentemente fáceis", que podem acabar desmoralizando a

legitimidade das nossas propostas e esgotando nossos esforços numa solução "exclusiva" para a Rede Manchete. Por isso, não é demais concluir insistindo: na crise da Manchete, o que está em disputa é o futuro de toda a televisão brasileira.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1993

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

** Este documento foi produzido consubstanciando uma linha de abordagem da questão definida em reunião da Executiva da Coordenação do Fórum, realizada no dia 21/4/93 e ainda não teve aprovação final da Coordenação. Trata-se, portanto, de uma formulação preliminar do Fórum.*